



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*PROJETO DE LEI N.º 2.874, DE 2019 (Do Senado Federal)

URGÊNCIA ART. 155 RICD

Institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

DESPACHO:

REVEJO, DE OFÍCIO, O DESPACHO DADO AO PL N. 2.874/2019 E AO PL N. 321/2025, DETERMINANDO SUA DESAPENSAÇÃO E, EM SEGUIDA SUA DISTRIBUIÇÃO

ÀS COMISSÕES DE:

SAÚDE;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 321/25

(*) Atualizado em 2/9/25 em virtude da alteração do regime de tramitação (1 apensado).

Institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

Parágrafo único. A execução da PNCPDA deverá observar o disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), e sua regulamentação; na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente; e na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se os seguintes conceitos:

I – perda de alimentos: redução da quantidade disponível ou da qualidade dos alimentos causada por ineficiências nas cadeias de abastecimento alimentar;

II – desperdício de alimentos: descarte voluntário de alimentos em decorrência de danos na embalagem ou, no caso de alimentos **in natura**, imperfeições estéticas ou danos parciais sem redução das propriedades nutricionais e da segurança sanitária, além de outros definidos em regulamento;

III – doador de alimentos: pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que doa alimentos voluntariamente;

IV – beneficiário: receptor final, pessoa física, que consome os alimentos doados;

V – banco de alimentos: estrutura física ou logística que oferta serviços de captação ou recepção e de distribuição gratuita de gêneros alimentícios provenientes de doações dos setores público e privado e que são direcionados a instituições receptoras públicas ou privadas;

VI – instituição receptora sem fins lucrativos: instituição pública, instituição privada sem fins lucrativos, organização da sociedade civil ou entidade religiosa que atua como intermediária entre doadores de alimentos e/ou banco de alimentos e beneficiários das doações e que possui estrutura adequada de armazenamento, preparo ou distribuição final dos alimentos a beneficiários, nos termos de regulamento;



* C D 2 4 6 8 8 3 9 1 5 4 0 0 *

VII – instituição receptora com fins lucrativos: instituição privada com fins lucrativos que atua como intermediária entre doadores de alimentos e/ou banco de alimentos e beneficiários das doações e que possui estrutura de armazenamento, preparo ou distribuição final dos alimentos a beneficiários;

VIII – microcoleta: coleta de pequenas quantidades de alimentos destinados a doações, seja de pessoas físicas ou jurídicas.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 3º A PNCPDA observará os seguintes princípios:

I – visão sistêmica do desperdício e da perda de alimentos, considerando suas consequências para o meio ambiente, a cultura, a economia e a saúde pública;

II – respeito, proteção, promoção e provimento do direito humano à alimentação, em consonância com o art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e com o art. 6º da Constituição Federal de 1988;

III – conscientização de produtores, distribuidores e da população, especialmente crianças e jovens, a respeito das consequências do desperdício e da perda de alimentos para a sociedade;

IV – responsabilidade compartilhada sobre os alimentos, desde sua produção até seu consumo e descarte final;

V – cooperação entre os entes da Federação, instituições públicas, instituições privadas, organizações da sociedade civil, entidades religiosas e demais segmentos da sociedade;

VI – educação voltada a despertar a consciência de consumo sustentável, a partir de ações concretas para conter o desperdício de alimentos;

VII – ampliação e fortalecimento dos bancos de alimentos, inclusive da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos;

VIII – viabilização das microcoletas, por meio de soluções como aplicativos, sites e outras que aproximem diretamente as pontas que querem doar e as que querem receber.

Parágrafo único. A relação entre doadores, instituições receptoras, bancos de alimentos e o poder público basear-se-á nos princípios da cooperação e da fiscalização orientadora, observando-se o critério de dupla visita.

Art. 4º A PNCPDA terá os seguintes objetivos:

I – aumentar o aproveitamento dos gêneros alimentícios disponíveis para consumo humano em território nacional;

II – mitigar o desperdício de alimentos, contribuindo para a redução da insegurança alimentar;

III – promover a cultura da doação de alimentos destinada:

a) ao consumo humano, prioritariamente;



* C D 2 4 6 8 8 3 9 1 5 4 0 0 *



* C D 2 4 6 8 8 3 9 1 5 4 0 0 *

b) ao consumo animal;

c) à utilização em compostagem ou à produção de biomassa para geração de energia, se impróprios para o consumo humano e animal;

IV – incentivar os estabelecimentos comerciais que atuem com alimentos a fomentar a educação e a conscientização para combate ao desperdício, seja nas próprias instituições, seja apoiando projetos educativos na área.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 5º O poder público federal é autorizado a estabelecer programas e parcerias com Estados, Distrito Federal, Municípios, instituições públicas, instituições privadas, organizações da sociedade civil e entidades religiosas a fim de reduzir o desperdício e a perda de alimentos no País, na forma de regulamento.

Parágrafo único. Os Estados e o Distrito Federal poderão adotar medidas locais complementares, incluindo a redução ou a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para incentivar as doações de alimentos.

Art. 6º Os programas de combate ao desperdício e à perda de alimentos priorizarão as seguintes estratégias:

I – incentivo a pesquisas que identifiquem as formas e a dimensão do desperdício e das perdas de alimentos e que desenvolvam tecnologias e boas práticas de produção e de gestão de alimentos;

II – capacitação dos responsáveis pela produção, colheita, armazenamento, transporte, beneficiamento, industrialização, comercialização, preparo e doação de alimentos;

III – difusão de informações, nos meios de comunicação, sobre a importância e os meios de combate ao desperdício e à perda de alimentos, desde a produção até o consumo, o descarte ou a compostagem;

IV – fortalecimento das ações de educação alimentar e nutricional nas atividades do ensino fundamental e médio, de modo a destacar os meios de combate e as consequências do desperdício e da perda de alimentos;

V – aproveitamento dos alimentos impróprios para consumo humano em outras atividades, como fabricação de ração animal, compostagem ou produção de biomassa para geração de energia;

VI – estabelecimento de incentivos fiscais, na forma da lei, a:

a) segmentos industriais que produzam máquinas e equipamentos cujo uso proporcione redução da perda no processamento e no beneficiamento de gêneros alimentícios;

b) doadores de alimentos;

c) entidades que atuem como instituições receptoras;



d) agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

VII – estabelecimento de incentivos creditícios, na forma de regulamento, à formação ou à ampliação de bancos de alimentos, de instituições receptoras e de suas respectivas redes;

VIII – planejamento, monitoramento contínuo e avaliação de resultados de cada programa, segundo metas e indicadores preestabelecidos, e divulgação dessas informações à sociedade por meio da internet, obrigatória quando houver utilização de recursos públicos;

IX – criação de programas de apoio e incentivos para facilitar a participação de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no sistema de doações de alimentos, incluindo subsídios e assistência técnica.

§ 1º Os incentivos a que se refere o inciso VII do **caput** deste artigo serão destinados prioritariamente a Municípios nos quais o poder público tenha constatado situação de maior insegurança alimentar ou volume elevado de doação de alimentos.

§ 2º Os incentivos a que se referem os incisos VI e VII do **caput** deste artigo estarão sujeitos à disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 7º O poder público e as organizações participantes dos programas integrantes da PNCPDA farão campanhas educativas no sentido de sensibilizar e de estimular a população a:

I – adquirir produtos **in natura** que, embora tenham imperfeições estéticas, mantenham suas propriedades nutricionais e sejam seguros para consumo;

II – adotar boas práticas de armazenamento, preparo, reaproveitamento e conservação de alimentos;

III – praticar doação de alimentos.

CAPÍTULO IV DO SELO DOADOR DE ALIMENTOS

Art. 8º É criado o Selo Doador de Alimentos, com o objetivo de incentivar a participação de estabelecimentos na PNCPDA.

Art. 9º O Selo Doador de Alimentos será concedido pelo Poder Executivo aos estabelecimentos que doarem alimentos, bem como aos produtores rurais, às cooperativas e às associações de produtores rurais, nos termos desta Lei.

Art. 10. O Selo Doador de Alimentos terá validade por 2 (dois) anos, após os quais a empresa deverá passar por nova avaliação para sua renovação.

Parágrafo único. Regulamento disciplinará os procedimentos de concessão, de renovação e de perda do Selo.

Art. 11. O Selo Doador de Alimentos poderá ser utilizado pelo estabelecimento como lhe aprouver na promoção da sua empresa e de seus produtos.



* C D 2 4 6 8 3 9 1 5 4 0 0 *

Art. 12. O Poder Executivo federal divulgará o nome das empresas detentoras do Selo Doador de Alimentos em sítio eletrônico oficial na internet e nos seus programas e projetos de combate à fome e ao desperdício de alimentos.

CAPÍTULO V DA DOAÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 13. Poderão ser doados a bancos de alimentos, instituições receptoras e diretamente aos beneficiários os alimentos embalados perecíveis e não perecíveis, dentro do prazo de validade, e os alimentos **in natura** ou preparados, desde que mantidas as propriedades nutricionais e a segurança para consumo humano, respeitadas as normas sanitárias vigentes.

§ 1º Os bancos de alimentos, as instituições receptoras e os estabelecimentos que realizam doações diretamente aos beneficiários deverão contar com profissional legalmente habilitado que ateste a qualidade nutricional e sanitária dos alimentos entregues, na forma de regulamento.

§ 2º Os alimentos que não apresentem condições apropriadas ao consumo humano podem ser destinados pelos doadores à fabricação de ração animal, à compostagem agrícola ou à produção de biomassa para geração de energia, na forma de regulamento.

Art. 14. A doação de alimentos, nos termos desta Lei, constitui exceção ao regime da responsabilidade objetiva consagrado no art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e nos arts. 12 e 13 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

Art. 15. O doador de alimentos apenas responderá civilmente por danos ocasionados pelos alimentos doados quando houver dolo, nos termos do art. 392 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 16. A doação de alimentos, nos termos desta Lei, não configura, em hipótese alguma, relação de consumo, ainda que haja finalidade de publicidade direta ou indireta.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13.

§ 4º Nas doações de alimentos dentro do prazo de validade e de alimentos **in natura** em condições de consumo seguro na forma das normas sanitárias vigentes, o limite da dedução prevista no inciso III do § 2º deste artigo será de 5% (cinco por cento).

§ 5º As pessoas jurídicas que doarem alimentos e fizerem jus à dedução prevista no inciso III do § 2º deste artigo são obrigadas a prestar informações às autoridades fiscais e sanitárias sobre volume, espécie de alimento, valor, bancos de alimentos, instituições receptoras e beneficiários das doações, entre outras, na forma de regulamento.

§ 6º As informações referidas no § 5º comporão sistema de registro de informações estatísticas e geográficas sobre doações de alimentos.” (NR)

“Art. 15. A base de cálculo do imposto, em cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta auferida mensalmente, observado o disposto no art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, deduzida das devoluções, das vendas canceladas, das doações de alimentos e dos descontos incondicionais concedidos, sem prejuízo do disposto nos arts. 30, 32, 34 e 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§ 5º Serão deduzidas da base de cálculo a que se refere o **caput** deste artigo as doações de alimentos dentro do prazo de validade e de alimentos **in natura** em condições de consumo seguro na forma das normas sanitárias vigentes, até o limite de 5% (cinco por cento).

§ 6º As pessoas jurídicas que doarem alimentos e fizerem jus à dedução prevista no § 5º são obrigadas a prestar informações às autoridades fiscais e sanitárias sobre volume, espécie de alimento, valor, bancos de alimentos, instituições receptoras e beneficiários das doações, entre outras, na forma de regulamento.

§ 7º As informações referidas no § 6º comporão sistema de registro de informações estatísticas e geográficas sobre doações de alimentos.” (NR)

Art. 18. Revoga-se a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de outubro de 2024.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no Exercício da Presidência



* C D 2 4 6 8 8 3 9 1 5 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

CONSTITUIÇÃO DE 1988	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constitucional-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html
LEI N° 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9249-26dezembro-1995-349062-norma-pl.html
LEI N° 14.016, DE 23 DE JUNHO DE 2020	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14016-23junho-2020-790352-norma-pl.html
LEI N° 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11346-15setembro-2006-545529-norma-pl.html
LEI N° 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei6938-31-agosto-1981-366135-norma-pl.html
LEI N° 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12305-2agosto-2010-607598-norma-pl.html
LEI N° 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24julho-2006-544830-norma-pl.html
LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10janeiro-2002-432893-norma-pl.html
LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8078-11setembro-1990-365086-norma-pl.html
DECRETO-LEI N° 1.598, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19701979/decreto-lei-1598-26-dezembro-1977-367436-normape.html
LEI N° 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-8981-20janeiro-1995-374786-norma-pl.html

PROJETO DE LEI N.º 321, DE 2025

(Do Sr. Pedro Lucas Fernandes)

Altera a Lei n. 14.016, de 2020, para instituir a Política Nacional de Combate ao Desperdício e de Incentivo à Doação de Alimentos - CDIDA.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-2874/2019.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES

Apresentação: 06/02/2025 15:06:47.640 - Mesa

PL n.321/2025

PROJETO DE LEI N° _____, DE 2025.
(DO SR. PEDRO LUCAS FERNANDES)

Altera a Lei n. 14.016, de 2020, para instituir a Política Nacional de Combate ao Desperdício e de Incentivo à Doação de Alimentos - CDIDA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, para instituir a Política Nacional de Combate ao Desperdício e de Incentivo à Doação de Alimentos – CDIDA, bem como a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para definir critério de desempate em licitações.

Art. 2º A Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 5º-A Fica instituída a Política Nacional de Combate ao Desperdício e de Incentivo à Doação de Alimentos – CDIDA.

Parágrafo único. A Política Nacional de Combate ao Desperdício e de Incentivo à Doação de Alimentos – CDIDA será implementada e coordenada pelo Poder Executivo, que adotará medidas que busquem a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos estabelecimentos, entidades e pessoas mencionadas no art. 1º desta Lei.

Art. 6º A CDIDA tem os seguintes objetivos:

I – combater o desperdício de alimentos;

II – incentivar a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES

Apresentação: 06/02/2025 15:06:47.640 - Mesa

PL n.321/2025



* C D 2 5 0 6 5 0 7 8 2 5 0 0 *

III – fortalecer a atuação dos bancos de alimentos em todo o País;

IV – dar suporte a soluções logísticas de forma que os alimentos cheguem de maneira rápida e eficiente aos beneficiários mencionados no art. 2º desta Lei.

§ 1º O fortalecimento dos bancos de alimentos envolve a adequada manutenção dos já existentes e o apoio à criação de novos bancos, notadamente em Municípios que não contam com esse tipo de estabelecimento.

§ 2º Serão promovidas campanhas educacionais e promocionais com vistas ao atingimento dos objetivos expressos nos incisos I e II.

§ 3º Serão apoiados projetos de pesquisa e desenvolvimento de ações inovadoras voltadas ao combate ao desperdício de alimentos.

Art. 7º Para a consecução dos objetivos da CDIDA, a União poderá garantir aos doadores acesso específico a programas de crédito cujas operações sejam garantidas por fundos garantidores, respeitadas as regras e disponibilidades desses programas.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas que promoverem investimentos em infraestrutura de armazenamento e logística de doação de alimentos também poderão fazer jus ao benefício previsto no caput.

Art. 8º Fica instituído o Selo de Estabelecimento Social e Solidário, concedido pelo Poder Executivo aos estabelecimentos que aderirem às práticas previstas nesta Lei e cumprirem os requisitos de doação e combate ao desperdício alimentar.

Parágrafo único. O Selo de Estabelecimento Social e Solidário poderá ser utilizado para fins de publicidade e responsabilidade social corporativa.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.”





Art. 3º A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 60.....

V – o licitante que possuir o Selo de Estabelecimento Social e Solidário de que trata a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.”

.....(NR)"

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Brasil desperdiça aproximadamente 12 milhões de toneladas de alimentos por ano, representando um prejuízo de mais de R\$ 61 bilhões a cada exercício.

No setor de supermercados, bares, restaurantes e hotéis, as perdas ocorrem principalmente por validade vencida, avarias e exigências estéticas dos consumidores. Além dos impactos financeiros, o descarte inadequado de alimentos gera custos adicionais para as empresas, como taxas de transporte e manejo de resíduos.

Nesse contexto, este Projeto de Lei, mediante a criação da Política Nacional de Combate ao Desperdício e de Incentivo à Doação de Alimentos – CDIDA busca incentivar a doação de alimentos por meio de benefícios fiscais e financeiros, fortalecendo os Bancos de Alimentos e promovendo um uso mais eficiente dos recursos alimentares. Sem dúvida, essa iniciativa contribuirá para a redução da fome e da insegurança alimentar, além de diminuir o impacto ambiental do desperdício de alimentos.

Ademais, com mais alimentos chegando à população, notadamente a mais carente, é possível atingir outro importante objetivo: reduzir o preço da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES

alimentação. Sabemos que a inflação de alimentos atinge mais quem menos tem, uma vez que o comprometimento de renda dos mais pobres com alimentação é proporcionalmente maior. Assim, com o aumento da oferta de alimentos via redução do desperdício, podemos reduzir a inflação desse item específico, algo que, infelizmente, vem incomodando sobremaneira a população brasileira.

Para estimular a adesão ao CDIDA, propõe-se a criação do Selo de Estabelecimento Social e Solidário, que além de poder ser utilizado para fins de publicidade e responsabilidade social corporativa, servirá como critério de desempate em procedimento licitatório do qual seu portador participe.

Por isso, contamos com o apoio dos Ilustres Deputados Federais, para a célere aprovação deste Projeto de Lei, que institui a Política Nacional de Combate ao Desperdício e de Incentivo à Doação de Alimentos – CDIDA.

Sala das sessões, em de 2025.

**Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES
UNIÃO-MA**



* C D 2 2 5 0 6 5 0 7 8 2 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI N° 14.016, DE 23 DE JUNHO DE 2020	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14016-23-junho-2020-790352norma-pl.html
LEI N° 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14133-1-abril-2021-791222norma-pl.html

FIM DO DOCUMENTO